



Ata da Audiência Pública, para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 2º Quadrimestre de dois mil e dezenove, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101, de 04 de maio de 2000), convocada através do Edital de Convocação nº 018/2019, datado de 09 de setembro de 2019, realizada no dia vinte e sete de setembro de dois mil e dezenove, às dezoito horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato” da Câmara Municipal de Jaguariúna, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, nesta Cidade. Presidente Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo. Vice-Presidente Sra. Cássia Murer Montagner. Secretários Srs. Afonso Lopes da Silva e Cristiano José Cecon. Presentes os Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, David Hilário Neto, Luiz Carlos de Campos e Walter Luís Tozzi de Camargo. Deixaram de comparecer os Srs. Cristiano José Cecon, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva e Taís Camellini Esteves. Presente, também, a Sra. Elisanita Aparecida de Moraes, Secretária Municipal de Administração e Finanças, convidada, especialmente, para fazer as explanações a respeito das Metas Fiscais, sendo que a mesma fez parte da Mesa. Inclusive com estas autoridades, estavam presentes na Sala das Sessões, aproximadamente, vinte e cinco pessoas, conforme consta de Lista de Presença anexada ao Processo. A Sra. Vice Presidente da Casa e Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Cássia Murer Montagner, cumprimentou a todos e deu início à Audiência Pública dizendo que na condição de Vice Presidente da Câmara iria abrir os trabalhos daquela noite, e sendo ela a Presidente da Comissão de Orçamento, de Finanças e Contabilidade, convidou o Vereador Luiz Carlos de Campos, também membro da Comissão para ocupar um lugar ali com ela, na Comissão Permanente, e a seguir, cumprimentou os Vereadores presentes: Vereador Silva, Vereador Fred, Vereador David, Vereador Neguita, e todos os demais presentes; a seguir, convidou a Secretária de Finanças da Prefeitura, Elisanita Aparecia de Moraes para participar da Mesa; a seguir, depois de todos os ajustes, a Sra. Secretária Municipal de Administração e Finanças começou sua explanação a respeito das Metas Fiscais, cumprimentando a todos e dizendo que iriam fazer a Audiência do cumprimento das Metas do segundo quadrimestre de dois mil e dezenove, ela era em cumprimento do artigo nono, parágrafo quarto da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas primeiro iria se apresentar, e que seu nome era Elisanita, e que ela assumiu a Secretaria de Administração e Finanças no dia vinte e nove de julho, fazia nem dois meses, e que alguns Vereadores ela conhecia, outros ela não conhecia, e quem a conhecia havia mais tempo era o Bozó, desde noventa e quatro, e que iriam começar; disse que o primeiro quadro era das Receitas, e que as Receitas correntes previstas no Orçamento eram de quatrocentos e cinquenta e quatro milhões, duzentos e cinquenta mil, quinhentos e vinte e dois reais e trinta e três centavos, e que no segundo quadrimestre eles arrecadaram duzentos e setenta e oito milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, trezentos e cinquenta e três reais e oitenta e seis centavos; a Sra. Presidente da Comissão interrompeu a fala da Sra.



Secretária, porque os slides não estavam sendo trocados, e ela se lembrou que iria trocar, e a Sra. Presidente perguntou se ela queria que ela trocasse, sendo que a Sra. Secretária disse que ela mesma faria isso; continuando a falava, voltou a falar que as Receitas previstas eram de quatrocentos e cinquenta e quatro milhões, duzentos e cinquenta mil, quinhentos e vinte e dois reais e trinta e três centavos; o valor arrecadado até o segundo quadrimestre, duzentos e setenta e oito milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, trezentos e cinquenta e três reais e oitenta e seis centavos, o equivalente a sessenta e um vírgula vinte e nove do total do Orçamento; de IPTU, uma previsão de dezesseis milhões, duzentos e oitenta e um mil, quatrocentos e onze reais e quarenta e um e arrecadaram onze milhões, novecentos e quatro, duzentos e sessenta e oito e vinte e sete, setenta e três vírgula onze por cento do previsto; ISSQN, trinta e seis milhões, oitocentos e oitenta e um e seiscentos e arrecadaram vinte milhões, quatrocentos e setenta e dois, oitocentos e cinquenta e um e quarenta e três, o equivalente a cinquenta e cinco vírgula cinco por cento; o FPM, trinta e cinco milhões, duzentos e oito e seiscentos, e arrecadaram vinte e dois milhões, dois mil, trezentos e quatorze reais e sete centavos, o equivalente a sessenta e dois vírgula quarenta e nove por cento; ICMS, duzentos e nove milhões e setecentos, arrecadaram cento e trinta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, seiscentos e sessenta e quatro e sete centavos, o equivalente a sessenta e quatro vírgula dezessete por cento; as Demais Receitas Correntes, cento e cinquenta e seis milhões, cento e setenta e oito mil, novecentos e dez reais e noventa e dois centavos, a previsão, e o arrecadado, oitenta e nove milhões, quatrocentos e noventa e três mil, duzentos e cinquenta e seis reais e dois centavos, equivalente a cinquenta e sete vírgula três por cento; a seguir falou das Contas Redutoras, que deduzia vinte por cento para a formação do FUNDEB, que estava a previsão de cinquenta e um milhões, quinhentos e trinta e dois mil, quinhentos e sessenta e seis reais e noventa e seis centavos, até aquele momento, trinta e três milhões, trezentos e quinze mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e setenta e nove, o equivalente a sessenta e quatro vírgula sessenta e quatro por cento da previsão; as Receitas Intra Orçamentárias, previsão de vinte milhões, quinhentos e sessenta mil, arrecadado até aquele momento, quinze milhões, quinhentos e trinta e nove mil, novecentos e oitenta e nove reais e dez centavos, equivalente a setenta e cinco, vírgula cinquenta e oito por cento; as Receitas de Capital, dezessete milhões, vinte e cinco mil, duzentos e setenta e nove reais e sessenta e três centavos de previsão; arrecadaram um milhão, cento e oitenta e dois mil, novecentos e setenta e quatro e cinquenta e seis, o equivalente a seis vírgula noventa e quatro por cento; divididas em Transferência de convênios, dezesseis milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, duzentos e setenta e nove reais e sessenta e três centavos; arrecadaram os mesmos um milhão, cento e oitenta e dois mil, novecentos e setenta e quatro e cinquenta e seis, e que eles tinham a previsão de alienação de bens, quinhentos mil e ainda não aconteceu; disse que eles teriam, agora, um leilão, no começo de outubro, eles estavam vendendo os veículos, e que eles iriam arrecadar alguma coisa no último quadrimestre; falou, então, que o total previsto para o exercício dois mil e dezenove,

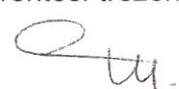

Sua 2



consolidado, era de quatrocentos e quarenta milhões, trezentos e três mil, duzentos e trinta e cinco reais; o arrecadado até o quadrimestre, duzentos e sessenta e um milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, oitocentos e vinte e um reais, e setenta e três centavos, o equivalente a cinquenta e nove vírgula quarenta e sete por cento do total previsto; no próximo slide tinha o gráfico distribuindo e demonstrando das maiores arrecadações, como tinha ficado, e que a maior arrecadação do Município era o ICMS, que ele correspondia a cinquenta e quatro por cento, e eles fizeram uma planilha com a arrecadação do ICMS: em janeiro eles arrecadaram dezoito milhões, duzentos e noventa e dois mil, setecentos e noventa e oito reais e oitenta centavos; em fevereiro ele já tinha caído um pouco, quinze milhões seiscentos e cinquenta e dois mil, cento e cinquenta e quatorze; em março, dezesseis milhões cento e sessenta e nove mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e oitenta e um centavos; em abril, dezenove milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, cento e sessenta e nove reais e seis centavos; em maio, quatorze milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e onze centavos; em junho quatorze milhões, duzentos e dezesseis mil, cento e quarenta e dois reais e trinta e seis centavos; em julho, vinte e um milhões, cinco mil, novecentos e noventa e oito reais e trinta e cinco centavos; em agosto, quinze milhões, quarenta e três mil, cento e oitenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos, totalizando cento e trinta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e sete centavos; no próximo quadro tinha uma demonstração gráfica, também, de como tinha ficado o comportamento do ICMS, a maior arrecadação do Município, e o próximo quadro era o demonstrativo das Despesas, e que nas Despesas eles iriam demonstrar o valor previsto no Orçamento, o liquidado e o pago; valor previsto do total de Despesas Correntes: trezentos e trinta e quatro milhões, seiscentos e sessenta e três mil, seiscentos e três reais e noventa e cinco centavos; total liquidado:duzentos e quarenta e dois milhões, novecentos e quarenta mil, cinquenta reais e dez centavos, o pago, duzentos e quinze milhões, oitocentos e sessenta e três mil, setecentos e noventa e sete reais e noventa e sete centavos; disse que as Despesas Correntes estavam subdivididas: Pessoal e Encargos, cento e vinte e sete milhões, trinta e quatro mil, setecentos e dois reais e sessenta e quatro centavos; o liquidado: novena e nove milhões, novecentos e noventa mil, oitocentos e trinta e sete reais e noventa e seis centavos e o pago, oitenta e nove milhões, oitocentos e dezenove mil, seiscentos e dezenove reais e noventa e nove centavos; Outras Despesas Correntes, ou seja, toda a Despesa de manutenção do Município, duzentos e sete milhões, seiscentos e vinte e oito mil, novecentos e um reais e trinta e um centavos, era o valor previsto; valor liquidado, cento e quarenta e dois milhões, novecentos e quarenta e nove mil, duzentos e doze reais e quatorze centavos e o valor pago, cento e vinte e seis milhões, quarenta e quatro mil, cento e setenta e oito reais e oito centavos; Despesas de Capital:valor previsto: quarenta e seis milhões, quinhentos e setenta e um mil, setecentos e cinquenta e nove reais e oitenta e dois centavos; liquidado: seis milhões, dezesseis mil, oitocentos e trinta e sete reais e três centavos e o pago quatro milhões, setenta e oito mil, oitocentos e setenta




e oito reais e noventa e cinco centavos, que foram os valores totais de Investimentos, de Despesa de Investimentos; a Reserva de Contingência, o previsto era de quarenta milhões, duzentos e noventa mil, e que ela não foi liquidada, ela foi utilizada, não foi liquidada, nem pago nada, a parte do Instituto de Previdência, ela era para cobrir o rendimento de aplicação financeira, e, normalmente, era recurso aplicado, era colocado somente para equilibrar o orçamento; Despesas Intraorçamentárias: previsão: dezoito milhões, setecentos e setenta e sete mil, oitocentos e setenta e um reais e vinte e três centavos; liquidado: dezesseis milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e três reais e cinquenta e nove centavos e o pago, quinze milhões, trezentos e vinte e quatro mil, setecentos e vinte e três reais e quatorze centavos; disse que o total previsto dos quatrocentos e quarenta milhões, trezentos e três mil, duzentos e trinta e cinco reais, até o quadrimestre, foram liquidados duzentos e sessenta e cinco milhões, novecentos e um mil, trezentos e setenta reais e setenta e dois centavos e pagos, duzentos e trinta e cinco milhões, duzentos e sessenta e sete mil, quatrocentos reais e seis centavos, distribuídos daquela maneira, conforme o gráfico, e que a Despesa maior deles era a Despesa Corrente, era a Despesa de Manutenção; o próximo quadro tratava dos Restos a Pagar, um resumo: disse que tinham um saldo a pagar de dois mil e doze, trezentos e quarenta e três mil, quatrocentos e doze reais e quinze centavos; dois mil e quatorze: trezentos e trinta e quatro mil, quinhentos e seis reais e oitenta e três centavos; dois mil e quinze: hum milhão, novecentos e trinta e um mil, quatrocentos e oitenta reais e noventa e sete centavos; dois mil e dezesseis: dois milhões, trinta e um mil, trezentos e setenta e três reais e sete centavos; dois mil e dezessete, quinhentos e setenta e cinco mil, seiscentos e noventa e seis e oitenta e oito centavos; dois mil e dezoito: cem mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e nove centavos, totalizando, cinco milhões, trezentos e dezesseis mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e sessenta e nove centavos; o próximo quadro, era graficamente, para demonstrar, e o próximo tratava da Dívida Consolidada: no primeiro quadrimestre tinham uma Dívida Consolidada de trinta e três milhões, duzentos e setenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e trinta e seis centavos; no segundo quadrimestre, trinta e quatro milhões, trezentos e três mil, quarenta e um reais e noventa e três centavos; subdivididas: JaguarPrev, dois milhões, quarenta e sete mil, setecentos e quarenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos; a CETESB, cento e vinte e sete mil, duzentos e trinta e três reais e setenta e cinco centavos; de PASEP, quarenta e três mil, oitocentos e setenta e três e setenta e quatro; de INSS, setecentos e quarenta e nove mil, cento e onze reais e dezessete centavos; Fornecedores, vinte e oito milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, cento e trinta e três reais e sessenta e oito centavos; Precatórios: dois milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, novecentos e quarenta e quatro reais e quinze centavos, totalizando os trinta e quatro milhões, trezentos e três mil, quarenta e um reais e noventa e três centavos; o próximo quadro falava da Receita Corrente Líquida; disse que a Receita Corrente Líquida era computada dos últimos doze meses, ou seja, de setembro de dois mil e dezoito a agosto de dois mil e dezenove; total de Receitas Correntes: trezentos e



noventa e nove milhões, novecentos e oitenta mil, duzentos e setenta e oito reais e quatorze centavos; como Plano Previdenciário, a contribuição do servidor para o RPPS, sete milhões, quatrocentos e vinte mil, duzentos e dez reais e vinte e um centavos; o FUNDEB dos últimos doze meses, a retenção, quarenta e quatro milhões, oitocentos e setenta mil, duzentos e oitenta e dois reais e trinta e nove centavos, numa Receita Corrente Líquida de trezentos e quarenta e sete milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, setecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos; disse que para demonstrar a Despesa com Pessoal, que era o cálculo da Receita Corrente Líquida, tiveram Despesas com Pessoal, cento e cinquenta e cinco milhões, oitenta e sete mil, novecentos e dez reais e seis centavos, num percentual de quarenta e quatro vírgula seis por cento nos últimos doze meses; no próximo quadro falava das Receitas de Impostos e Transferências, e que eles utilizavam para fazer o cálculo do percentual, tanto da Educação, quanto da Saúde: Impostos Municipais: quarenta e um milhões, quatrocentos mil, trezentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos; Transferências da União: vinte e dois milhões, dois mil, trezentos e quatorze reais e sete centavos; e do Estado: cento e quarenta e cinco milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais e setenta centavos, totalizando, duzentos e nove milhões, oitenta e oito mil, oitocentos e sessenta e seis reais, dezessete centavos; no próximo quadro tinham a Aplicação na Saúde do exercício de dois mil e dezenove, até o quadrimestre; o total da Receita de Impostos, duzentos e nove milhões, oitenta e oito mil, oitocentos e sessenta e seis reais, dezessete centavos; os Empenhos Liquidados somavam trinta milhões, seiscentos e noventa e sete mil, quinhentos e oitenta e um reais e sessenta e um centavos; os Empenhos Liquidados da ASAMAS, quarenta e quatro milhões, quinhentos e vinte e nove mil novecentos e noventa reais; receberam de Auxílios e Transferências, vinculados à Saúde, do Estado e da União, seis milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, oitocentos e seis reais e oitenta e sete centavos, num total aplicado de sessenta e oito milhões, setecentos e noventa mil, setecentos e sessenta e quatro reais e setenta e quatro centavos, num percentual de trinta e dois vírgula nove por cento; disse que abaixo eles destacaram o Mínimo Constitucional, que era de trinta e um milhões, trezentos e sessenta e três mil, trezentos e vinte e nove reais e noventa e três centavos, portanto, o Município de Jaguariúna aplicou a maior, em Saúde, trinta e sete milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e oitenta e um centavos; no próximo quadro falava da Aplicação na Educação: Receita de Impostos, os mesmos duzentos e nove milhões; total de Empenhos Liquidados, na Educação, trinta e sete milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e noventa e oito centavos, o valor retido do FUNDEB, trinta e três milhões, trezentos e quinze mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e setenta e nove centavos, num Total Aplicado que somavam setenta milhões, novecentos e quarenta mil, novecentos e quarenta e um reais e setenta e sete centavos, um percentual de trinta e três vírgula noventa e dois por cento; disse que o Mínimo Constitucional de vinte e cinco por cento, somavam cinquenta e dois milhões, duzentos e setenta e dois mil, duzentos e dezesseis reais e cinquenta e

Sua. 5 



quatro centavos, portanto, o valor aplicado a maior no Ensino, de dezoito milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, setecentos e vinte e cinco reais e vinte e três centavos; o próximo quadro falava da Aplicação no FUNDEB, e a Sra. Secretária disse que eles receberam, a título de repasse de Receita ao FUNDEB, vinte e sete milhões, duzentos e quinze mil, seiscentos e vinte e nove reais e dezessete centavos, e tiveram Rendimentos de Aplicação Financeira de quatro mil, sessenta reais e sessenta e dois centavos, totalizando vinte e sete milhões, duzentos e dezenove mil, seiscentos e oitenta e nove reais e setenta e nove centavos; Total liquidado de Despesas com FUNDEB, vinte e oito milhões, cento e trinta e três mil, cento e dezesseis reais e setenta e dois centavos, somando cento e três vírgula trinta e sete por cento; o valor aplicado no Magistério, que era o mínimo constitucional de sessenta por cento, somou noventa e oito vírgula zero três por cento, vinte e seis milhões, seiscentos e setenta e nove mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e oitenta e oito centavos, e das demais Despesas e que estavam falando do restante do pessoal do Ensino, tirando sessenta por cento, que eles empenhavam nos quarenta, um milhão, quatrocentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e oitenta e quatro centavos, que em percentual dava cinco vírgula trinta e quatro; o próximo quadro falava dos créditos: o saldo em trinta do quatro de dois mil e dezenove da Dívida Ativa, eles tinham oitenta e um milhões, duzentos e trinta e nove mil, vinte reais e doze centavos, uma alteração a menor de dois milhões, quinhentos e noventa e sete mil, oitocentos e trinta e três reais e trinta e três centavos; uma alteração a maior de dois milhões, cento e sessenta e um mil, trezentos e quarenta e seis reais e vinte e no hoje eles tinham um saldo, em trinta e um do oito, de oitenta milhões, oitocentos e três mil, trinta e dois reais e oitenta e nove centavos; os Bens Móveis, em trinta do quatro de dois mil e dezenove, somavam trinta milhões, cento e setenta mil, vinte e três reais e quarenta e cinco centavos, com mais as aquisições de novecentos e noventa e um mil, quatrocentos e trinta reais e trinta e sete centavos, somaram em trinta e um do oito, trinta e um milhões, cento e sessenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e oitenta e dois centavos; de Bens Imóveis, trinta e cinco milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, oitocentos e um reais e setenta e seis centavos, em trinta do quatro, as alterações positivas, quatro milhões, novecentos e setenta e um mil, quatrocentos e noventa reais e noventa e dois centavos, um saldo em trinta e um do oito de quarenta milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil, duzentos e noventa e dois reais e sessenta e oito centavos; disse à Sra. Presidente que era o que ela tinha a apresentar e que estava aberta aos questionamentos; a Sra. Presidente da Comissão, Cássia Murer Montagner agradeceu à Sra. Secretária e registrou a presença do Presidente da Câmara, Vereador Walter Luís Tozzi de Camargo e disse que abria para os Vereadores e que cada um poderia fazer uso de cinco minutos, para questionarem a Secretária, e que poderiam fazer da mesa, perguntou à Secretária se ela queria permanecer ali, (no púlpito); a Secretária Sra. Elisanita respondeu que sim; a Sra. Cássia Murer Montagner continuou falando dos cinco minutos e que depois passavam para o público, e perguntou qual Vereador gostaria de começar; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto

Am.



pediu desculpas à Sra. Presidente e perguntou a ela sobre os cinco minutos se seriam “ping pong”, bate e bola ou; a Sra. Presidente respondeu que a orientação que tinha ali, eram cinco minutos do Vereador corrido, e que a Secretária tinha cinco minutos para responder, e perguntou se estava tudo bem, se poderia ser daquele jeito; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto respondeu que se eles pudessem, mais para tirar umas dúvidas, que estava dando uma olhadinha no relatório que foi apresentado e... a Sra. Presidente perguntou se ele gostaria de fazer a pergunta e ela já respondesse; o Sr. Fred respondeu que sim; a Sra. Cássia perguntou à Secretária se havia algum problema quanto aquilo, e que poderiam fazer daquele jeito, se estava tudo bem para a Secretária, se poderia ser daquela forma; a Sra. Secretária Elisanita respondeu que sim; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto, primeiramente deu boa noite a todos, à Presidente, ao Presidente da Câmara, aos nobres Vereadores, aos secretários municipais, aos funcionários; disse à Secretária que era um prazer, e que fosse bem vinda; a Sra. Elisanita agradeceu; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto perguntou à Sra. Elisanita, que ao longo daquele período, daqueles oito meses que nortearam as metas fiscais, eles estiveram acompanhando a evolução da Receita do Município e, conseqüentemente, com as Despesas e estiveram alertando o Município com relação ao aumento significativo das Despesas, frente à Receita que não estava acompanhando, que viram que estava tendo uma arrecadação próxima do percentual que foi previsto mas, as Despesas aumentando além daquilo que eles tinham como arrecadação, disse a ela que ela assumiu, como ela mesma disse, em julho; a Sra. Secretária de Finanças disse que sim, que havia um mês ali que havia assumido; o Vereador continuou dizendo que, primeiramente, que ela desse a eles a impressão dela sobre as finanças do Município para depois, então, tecer alguns comentários, se fosse possível, o que ela tinha observado, que ao mesmo tempo a tivesse preocupado, e realmente aquilo que ela vinha fazendo frente à Secretaria para aumentar as Receitas, conseqüentemente diminuir as Despesas; a Sra. Elisanita Moraes respondeu que o quadro de Jaguariúna não era diferente dos demais municípios, estavam numa crise econômica e que era nacional e não era do Município, e em relação às Receitas, algumas Receitas caíram, explicou que, por exemplo, o ICMS de exoneração de exportação, naquele ano, não tinha vindo nem um real para nenhum Município, e estava previsto no orçamento, Jaguariúna recebia mais de oitocentos mil no ano, então, aquela Receita não iam receber; tinham, por exemplo, a Receita do QSE, que era um repasse pro ensino, uma boa Receita, e naquele ano iam receber a menos, pela previsão, mais de um milhão a menos, o repasse que receberam em setembro ele estava exatamente o mesmo valor de dezembro; então, se pegassem aquela Receita do QSE de 2017 para 2018 ela subiu quase dez por cento e naquele ano iam receber um milhão a menos, então, tudo aquilo gerava além de desconforto, uma queda, na arrecadação, podia-se dizer, e tinham que economizar, então, o que estavam fazendo, na parte de Receita tinham o REFIS aberto, e inclusive iam mandar para a Câmara para aprovarem pra eles o esticarem um pouquinho, e o que podiam fazerem por decreto, fizeram até treze de dezembro, a parte das empresas, elas os estavam procurando, para estender o REFIS até

Ass. 7



treze de dezembro, porque já teriam pago o Décimo Terceito, e sobrava um dinheiro para eles estarem pagando, e que já iniciaram os protestos, e queria pedir para fazerem propaganda; e disse: "Peçam para pagarem o REFIS", porque estavam precisando de dinheiro e entre outras ações, então, por exemplo, na parte das Despesas estavam revendo todos os contratos, estavam diminuindo alguns contratos vigentes, estavam fazendo aquele movimento, era muito pouco tempo mas, já tinham feito bastante coisas, já tinham dado um valor significativo, e repetiu que não era Jaguariúna, o que acontecia era que o aumento da Despesa Corrente, culminada com o pessoal e com as vantagens do pessoal, o crescimento vegetativo, ele já era maior do que a inflação, do que conseguiam arrecadar, e não era Jaguariúna, como dizia, eram todos os municípios, então, realmente, todos os municípios tinham que colocar o pé no freio naquele momento, uns mais, uns menos, e que tinham outro problema em Jaguariúna, as famílias que vinham de fora, porque o Município era bom, a Saúde excelente, Educação excelente, então, eles vinham para o Município e acarretavam mais escolas, mais saúde, a crise nacional, por exemplo, ela pegava a população, que não tinha mais o recurso para pagar um plano de saúde, então, ela usava uma Unidade Básica, ela não tinha mais recurso para pagar uma escola particular, então, a Rede Básica crescia mais, e tinham que usar a inteligência para não deixar faltar nada mas, diminuiu o recurso; estavam analisando todos os contratos, estavam analisando Despesas de Pessoal, e estavam trabalhando para aumentar a Receita; disse que iam a partir da próxima semana, mandando uma carta, para quem tinha, esqueceu de pagar o imposto naquele ano, eles estavam lembrando para o pessoal ir para acertar o débito, porque como eles, se não recebesse o salário não tinha como pagar, a Prefeitura também vivia de arrecadação e se a população não pagava, prejudicava o Município, culminado com algumas ações; também, o Governo Federal, alguns repasses, alguns convênios, como era o caso do QSE como ela tinha falado, eles estavam diminuindo, então, aquilo ia sufocando mais ainda o Município, mas, eles estavam trabalhando muito para chegarem até o final do ano bem equilibrado com o Município, então acreditava que não iam ter problema não; a Sra. Presidente agradeceu à Secretaria e disse ao Sr. Alfredo Chiavegato Neto, só para não se perderem no tempo, então, o que ela tinha feito, ela marcou o tempo mas, eles podiam ficar mais tranquilo com relação àquilo mas, só para que tivessem um controle, então, ele tinha falado um minuto, na primeira participação, e a Secretária falou três minutos e quarenta e dois segundos; a Sra. Secretária, Elisanita, disse que a Secretária falava bastante; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que aquele dia era pra ela falar mesmo; a Sra. Presidente disse que era só no sentido deles não se perderem no tempo, então, como eram cinco minutos de pergunta e de resposta, iam tentar controlar naquela forma; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto pediu à Sra. Elisanita se ela pudesse colocar no segundo gráfico Receitas do Município, se eles pudessem acompanhar; a Sra. Elisanita disse que tinha que voltar lá; a Sra. Cássia perguntou se não era o da pizza; o Sr. Luiz Carlos de Campos disse que não, que era o da Receita, bem no comecinho; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que as Receitas de dois

Stu.



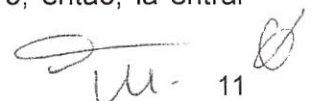
mil e dezenove, várias vozes falando sobre a posição dos slides; a Sra. Secretária disse que estava lá; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que só para elucidar, se fizessem o cálculo simples do exercício financeiro que seria cem por cento e dividissem por doze, porque era mensal, teriam algo na ordem, no segundo quadrimestre, da ordem de arrecadação de sessenta e seis por cento das Receitas previstas para o ano inteiro; a Sra. Elisanita confirmou que sim; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto continuou falando que se observassem bem, eles estavam dentro dos limites que eles estavam pensando para o mês e o que diferia com relação às Receitas de ISSQN e mais Receitas Correntes que deviam ser frutos de ... a Sra. Elisanita disse que as demais Receitas Correntes e que tinham repasse do FUNDEB, multa de trânsito, tinham o IPVA, tinham o ITR; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que ele estava falando aquilo que eram mais Receitas próprias deles, que não acompanharam realmente o que deveria, apesar de que o IPTU arrecadou acima daquilo que estava previsto, que o ICMS ficou bem próximo dos sessenta e seis, estava dizendo aquilo, para dizer que aquilo da Receita, daquilo que eles previram, realmente, estava dentro daquilo que eles imaginaram arrecadar, e acreditava que iam arrecadar bem próximo daquilo; a observação deles por todos os números que foram apresentados ali, eles tinham apontado nas falas durante as sessões da Câmara, com relação às Despesas que estavam naquele dia empenhadas, elas davam um aumento, as liquidadas, inclusive, davam um déficit orçamentário da ordem de vinte milhões de reais, ele não sabia se tinha muita coisa que foi empenhada até o final do ano e que refletia naquele momento; a Secretária Elisanita falou que, na realidade, tinham um déficit de quatro milhões, eles tinham... a Sra. Presidente interrompeu pedindo só um minutinho, e perguntou ao Fred se aquele era o seu questionamento naquele momento; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto respondeu que sim; a Sra. Presidente disse que, então, podiam passar a palavra para Secretária; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que podia; a Sra. Presidente pediu desculpas por estar sendo chata naquele momento, que era só para não se perderem, senão iam estar às duas horas da manhã ali e não conseguiam resolver; a Sra. Secretária de Finanças concordou e continuou dizendo que tiveram uma Receita de duzentos e sessenta e um milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, oitocentos e vinte um reais e sessenta e três centavos, e tiveram uma Despesa de duzentos e sessenta e cinco milhões, novecentos e um mil, trezentos e setenta reais e setenta e dois centavos, tiveram um déficit, sim, de um vírgula cinquenta e cinco por cento, que somou quatro milhões cinquenta e um mil, quinhentos e quarenta e oito reais e noventa e nove centavos; o Sr. Luiz Carlos de Campos pediu a palavra, dando boa noite a todos, à Sra. Presidente Cássia, à Sra. Elisanita, Secretária, nobres Vereadores, senhores e senhoras presentes, servidores da Casa, e disse que ele achava que estava meio preocupante a situação de Jaguariúna sim, que aqueles cinco milhões que ela disse procediam mas, era que ali, quando eles faziam as contas ali, eles tiravam a parte do JaguarPrev, porque sabiam que era um recurso que o Município não podia dispor que era da Previdência Municipal quanto a Despesa também, aí sim, dava um déficit de vinte milhões da Despesa liquidada; a Sra.



Elisanita disse que, na verdade, na apresentação e cumprimento das metas, os valores são consolidados, os valores são do Município, então, quando falavam em município ...; o Sr. Luiz Carlos de Campos continuou dizendo que, quanto aos números que ela passou, eles concordavam, só que, como a Prefeitura não podia usar aquele dinheiro que era do JaguarPrev, que era dos servidores, então, eles não deduziram, ali sim, daria um déficit da própria Prefeitura de vinte milhões e o que era preocupante, porque se pegassem a Dívida Consolidada, eram mais trinta e quatro milhões, mais cinco milhões dos Restos a Pagar e já eram sessenta milhões a pagar, arredondando, que a Prefeitura teria que pagar, apesar do crédito que ela tinha de oitenta milhões, eles sabiam, a Câmara votou, há pouco tempo, uma lei do Refis, uma lei que, aquela última tinha até muitas vantagens, iam dizer assim, para o contribuinte, que as anteriores não tinham mas, achava muito difícil de estarem, devido a situação econômica do País, as pessoas estarem, muita gente desempregada, ficava difícil para as pessoas cumprirem os seus compromissos; ele pensava que era uma situação preocupante, se recebesse aquele dinheiro, aqueles créditos que o Município tinha, aqueles oitenta milhões, aí estaria tranquilo e aí fariam que estaria sobrando vinte milhões; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto pediu a palavra e disse que a preocupação deles, era a seguinte, que eles estavam sempre alertando ali, em detrimento à Receita, eles estavam observando que a Despesa estava aumentando e, principalmente, a Despesa com pessoal, que eles tinham visto e observado contratações através das portarias, sendo que o momento era pra ser o contrário, eles terem mesmo; a Sra. Presidente disse ao Vereador Fred que, só para organizarem o debate, ele colocou a questão e queria saber se existia um questionamento para que a Secretária falasse, que eles estavam fazendo várias observações, ótimas, perfeitas; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto respondeu que depois ela podia fazer as considerações dela; a Sra. Secretária disse que eles estavam falando e que ela separando os seus relatórios ali para estar demonstrando; a Sra. Presidente da Comissão disse que gostaria de saber, por isso aquela questão dos cinco minutos, porque ali ele já colocaria tudo; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que o que observaram, também, foi que no último quadrimestre teve um investimento da ordem de seis milhões, que foi apresentado no gráfico, com Despesa de Capital, justamente no último quadrimestre, se ela, Secretária, sabia dizer a ele o que foi; o Sr. Luiz Carlos de Campos disse que estaria bem ali no comecinho dos slides, e perguntou se era Receita de Capital, Despesas de Capital, e afirmou Despesa de Capital; a Sra. Elisanita respondeu Despesa; o Sr. Luiz Carlos de Campos concordou, Despesas; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse Despesas e pediu pra voltar os slides, que estavam ali; a Sra. Secretária Elisanita disse que aqueles seis milhões eram o auxílio e os repasses que eles receberam da Saúde, fosse do Governo Federal ou do Governo Estadual, pediu para lhe deixarem explicar um pouquinho para eles a questão dos números e dos vinte milhões, eles tinham sim, se pegassem a Prefeitura eles tinham os vinte milhões que tinham mais de Despesa do que a Receita que arrecadaram, e como o Vereador Luiz Carlos dizia, tinham mais cinco milhões de Restos a Pagar, porém, quando eles assumiram em 2017, eles tinham trinta e oito



milhões quinhentos e quarenta e seis mil de Restos a Pagar, aqueles eram os valores do relatório do Tribunal, e aqueles Restos a Pagar, eles pagaram trinta e três milhões, então, se naquele dia estavam vinte e dois milhões negativos, mas pagou os trinta e três milhões de Restos a Pagar, então, não estava tão negativa, e estava fazendo um movimento para equilibrar e equacionar aquelas contas e, em relação ao questionamento do Vereador do pessoal, naquele dia, tinham dois trezentos e cinquenta e sete funcionários na Prefeitura, tinham no mesmo período, por exemplo, em 2016, um mil oitocentos e setenta e oito funcionários, mas tinham o pessoal que era contratado, que todo mundo devia saber, de MEI e RPA, somavam mais de quinhentas pessoas, então, se pegassem aquele movimento que, na realidade, não foram contratadas, a Prefeitura já pagava, inclusive, eram motivos de muitos dos precatórios deles, naquele dia, porque todos entraram com reclamações trabalhistas e estavam ganhando, então, se pegassem mil oitocentos e setenta e oito funcionários mais quinhentos e setenta e três de MEI, eles iam chegar nos dois e trezentos funcionários que tinham naquele momento, então, na realidade, o município não havia aumentado a quantidade de funcionários, ela foi substituída a forma de contratação, que todos aquelas MEIS e RPAS trabalhavam dentro da Prefeitura, óbvio que encarecia porque tinham os encargos mas, naquele momento, a maior parte dos seus precatórios eram provenientes daquelas reclamações trabalhistas; a Sra. Presidente disse que abriria para outros Vereadores também; a Sra. Elisanita perguntou se respondeu a pergunta; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que eles estavam mais falando do pessoal comissionado, que, naquele dia, não eram só os mais de dois mil e poucos cargos; a Sra. Elisanita disse que não, que os dois mil trezentos e cinquenta e sete contavam todos, os funcionários e os comissionados; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que os comissionados também mas, eles estavam percebendo através das portarias que os números de comissionados tinham aumentado demais, e que tinham poucos cargos que estavam vagos, a grande maioria estava preenchida; a Sra. Elisanita disse que poderia levantar aquela informação, que aquele número, realmente, ela não tinha ali; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que tinha ali; a Sra. Elisanita disse que podia levantar a informação e passar para eles; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que só voltando na página de crédito que ele falou dos seis milhões, que ele tinha somado de cabeça, achava que na penúltima, e orientou quem estava mexendo nos slides quanto à página a que se referia; a Sra. Presidente disse ao Fred só mais aquela, que iria abrir para outros Vereadores também; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto concordou e disse que mais uma questão que tiveram alterações, saldo em trinta do quatro tiveram as alterações positivas, tanto de bens móveis quanto de bens imóveis, no último quadrimestre, tinham noventa e um mil em bens móveis e quatro, quase cinco milhões, nos bens imóveis, e perguntou se a nobre Secretária teria informação do que seria; a Sra. Elisanita Moraes respondeu que a parte dos bens, que não iria lembrar tudo, a parte dos bens móveis ela sabia que tinham comprado ambulâncias mas, com recurso de convênio, compraram duas vans que foram para Secretaria de Educação para o transporte de alunos, e que tinham caminhão de bombeiros mas, tinha chegado em setembro, então, ia entrar

 11



para o último quadrimestre, a parte de bens imóveis, perguntou pela Secretária de Obras, achou a Fernanda e lhe perguntou se ela lembrava da parte de bens imóveis; a Sra. Presidente perguntou se a Fernanda podia ajudar ou depois dar aquela informação; a Sra. Elisanita disse que ou passava depois aquela informação e que era melhor ela levantar, porque naquele período, ela sabia que os bens móveis e os bens imóveis ela não ia conseguir; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que era um número significativo cinco milhões; a Sra. Secretária disse que, na realidade, eles iniciaram um procedimento para acertarem a parte do patrimônio que iam estar valorizando e depreciando todos os bens móveis e imóveis, então, ele podia ser alguma parte do que já iniciaram mas, que ela podia passar, levantar aqueles números e passar; a Sra. Presidente disse que, então, a Comissão aguardaria os números e repassava ou podia passar direto para o Vereador, e abriu para outros Vereadores que gostariam de fazer um questionamento e perguntou se havia mais alguém; o Sr. David Hilário Neto deu boa noite à Secretaria e disse que era um prazer, e deu boa noite a todos os presentes, e perguntou à Secretária, não sabia nem se era naquela reunião razão de perguntar, que era só uma dúvida a questão do SIOPE, que houve no começo do ano aquela falha, que mandaram por escrito um questionamento e não tiveram uma resposta até aquele momento e que não sabia se era a Educação que alimentava aquele sistema, se era a Secretaria de Administração e Finanças e queria entender, um pouquinho, o que aconteceu no mês de janeiro com a alimentação do sistema do SIOPE; a Sra. Elisanita pediu para esperar que ela tinha lá e o Sr. David disse que bom; A Sra. Elisanita Moras respondeu ao Sr. David Hilário Neto dizendo que, na realidade, estavam levantando todos aqueles valores porque tinham, atualmente, por volta de oitocentos professores na Rede, então, estavam levantando todos aqueles valores um a um e a Secretária de Educação, a Cristina Catão, mandou uma resposta para a Câmara; o Sr. David Hilário Neto disse que iria ter sessão na próxima terça, então, era capaz de chegar para eles na próxima terça; a Sra. Elisanita disse que estavam levantando os valores e precisavam de um prazo maior para conseguir entregar e, na realidade, não conseguiu entregar e ele não causou prejuízo nenhum a questão do SIOPE e foram, sim, informados valores divergentes e nenhum professor teve prejuízo porque o valor que estava no holerit dele era o valor da conta corrente, então, estavam identificando a divergência daqueles valores e a Educação já estava encerrando aquele levantamento para a Educação e a Secretaria de Finanças estarem sentando e estarem corrigindo aqueles valores porque o SIOPE permitia a reabertura e a inserção de novos valores e eles iriam estar fazendo aquela correção e iriam marcar uma reunião com o Conselho do FUNDEB para estarem explicando e foi o mês de janeiro que ficou muito divergente; disse que ela verificou os valores, mas a Educação estava detalhando; o Sr. David Hilário Neto perguntou se ela sabia porque tinha acontecido aquela falha, se foi falha humana ou de sistema e a Sra. Elisanita disse que eles iriam levantar, iriam apurar e se fosse falha humana a pessoa iria ter de responder; o Sr. David Hilário Neto perguntou quem alimentava atualmente o SIOPE, se era a Educação ou a Secretaria de Administração e

[Handwritten signature]




Finanças e a Sra. Elisanita disse que a Secretaria de Educação e Finanças fazia uma parte e a Educação fazia outra parte, fazia em conjunto; o Sr. David Hilário Neto perguntou se existiu um erro, se estava divergente e a Sra. Elisanita disse que sim, que existiu um erro, mas aqueles valores era como ela falou, não causou prejuízo nenhum, ela se lembrava do boato e ele não causou prejuízo nenhum aos professores, mas a inserção dos valores, realmente, foi sim distorcida e, em especial, no mês de janeiro e eles iriam estar abrindo novamente o SIOPE e acertando aqueles valores; o Sr. David Hilário Neto perguntou o que o sistema impactaria no Município e se era para o FNDE? A Sra. Elisanita Moraes disse que sim e por isso que eles iriam identificar com cautela o que aconteceu, porque tinha de ser exatamente, os valores que ela demonstrou naquela noite do FUNDEB tinha de estar batidinho, o valor certinho, o valor de arrecadação e o valor de Despesa e no valor de Despesa, a partir do ano passado, tinham colocado os valores sintéticos, como apareciam nos balancetes, pegavam o vencimento, obrigações patronais e colocava somente os valores e, atualmente, o SIOPE exigia que colocassem nome por nome do professor e o valor que ele recebeu e aquilo que causou o tumulto, então, eles iriam levantar, ela não sabia se era um relatório errado que a pessoa pegou, estavam com um sistema implantado há pouco tempo e não poderiam somente dizer que era falha humana, então, precisavam detectar o que aconteceu, porque eram oitocentas pessoas, e o Sr. David Hilário Neto perguntou se aquela falha impactava na questão da aplicação do FUNDEB; a Sra. Elisanita respondeu que a aplicação do FUNDEB era o que estava no relatório contábil, era outro relatório e, na realidade, o SIOPE era uma informação nacional e todos os municípios colocavam a informação para eles terem noção do que, realmente, estavam fazendo com os recursos do FUNDEB e o Município somente os sessenta por cento, nem os professores direito dava para pagar, porque tinham de colocar os recursos próprios dos vinte e cinco por cento em cima porque, realmente, ele era pouco; o Sr. David Hilário Neto disse que ele até iria solicitar aquele relatório que era encaminhado, se tinha um nome específico não do SIOPE, mas o relatório que era encaminhado contabilmente do FUNDEB, se era um outro; a Sra. Elisanita respondeu que o balancete de Despesa estava separado certinho à parte que era do FUNDEB, lá iria ver a parte que era da Despesa, tinha a Receita separada; o Sr. David Hilário Neto respondeu que lá não especificava por educador e ela disse que não e que os valores eram consolidados, que tinham oitocentos funcionários; o RH fazia o levantamento, fazia toda a inserção dos valores, as faltas, ela mandava o relatório para a contabilidade, a contabilidade iria empenhar, a tesouraria iria pagar e precisava daquele relatório detalhado, professor por professor, para inserir no SIOPE e informar e o valor que foi inserido estava batendo e o que não estava batendo eram os valores que foram distribuídos para os professores e, num primeiro momento, o que se parecia era que faltou professor no inserir, faltaram alguns professores para inserir, tanto era que os valores ficaram bem altos, ela achava que foi próximo do dia vinte que a Cristina mandou e eles pediram mais uns trinta dias para estarem concluindo porque, realmente, era muita gente e teriam de refazer e deixar tudo certinho; a seguir, pediu a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de

Walter Luís Tozzi 13 *6*



Camargo que cumprimentou a todos, dando boas vindas à Sra. Secretária e que ele sabia do início dos trabalhos dela, somente trinta dias, mas já era acolhida naquela audiência e eles iriam se encontrar por vários momentos para estarem tratando das finanças do Município; falou que ele queria fazer algumas observações, até com base na discussão que estava sendo lá levantada, e que ele fez, recentemente, um levantamento junto ao RH da Administração e que tinham, aproximadamente, dois mil e trezentos funcionários e ele falava em números absolutos, não com as frações e dos dois mil e trezentos funcionários, aproximadamente, trezentos eram comissionados, mais ou menos, sendo que cento e sete ou seja, um terço deles, dois terços eram comissionados concursados, aqueles dois terços surgiram dos Recursos Humanos da Prefeitura, e ela apresentou lá uma possibilidade de um desgaste, um déficit de vinte milhões que poderia ser consolidado aquilo ou não até o final do ano, sendo que tinham lá comprometidos cinco milhões como ela apresentou, e ele gostaria de a questionar em três aspectos, e o primeiro deles se corriam algum riscos nos próximos meses, sabendo que não eram os melhores meses de arrecadação, não eram os melhores, porque os melhores já passaram, se corriam algum risco de um fechamento não ser no azul, das contas do Município até o final do ano, se aquela defasagem poderia comprometer a qualidade dos serviços públicos apresentados, atualmente, em todas as suas áreas, Educação, Saúde, Segurança, Saneamento, dentre outras áreas, e por fim, se ela reconhecia que o impacto daqueles comissionados dentro daquele contexto que estavam falando do déficit era decisivo para comprometer as finanças do Município ou se aquilo lá seria irrelevante diante de outras Despesas que poderiam estar atrapalhando o fechamento daquelas contas; a Sra. Elisanita, Secretária de Administração e Finanças, disse que em relação ao pessoal, tinham mesmo dois mil trezentos e cinquenta e sete funcionários que encerraram em agosto, e ela não lembrava se o nobre Vereador estava lá quando ela falou que tinham, no mesmo período de dois mil e dezesseis, mil oitocentos e setenta e oito funcionários, mas tinham quinhentos e setenta e três pessoas contratadas pela MEI e pelo RPA, e a questão dos funcionários só em comissão, por exemplo, ela era uma funcionária em comissão, foi contratada dia vinte e nove de julho e ela entrava às sete da manhã e saía às sete horas da noite, ela não via nenhum funcionário que fazia aquele horário, por exemplo, então, ela achava que a questão dos comissionados e se o Prefeito tinha a determinação, a legislação que ele poderia contratar, e ela não estava dizendo que o comissionado trabalhava mais do que os outros, mas ela estava dizendo da qualidade, do time que o Gustavo montou, realmente, e ela tinha trinta anos de experiência na área, trabalhou em muitos municípios, realmente, o time que o Gustavo tinha lá era muito bom, e se ela fosse prefeita ela não dispensaria nenhum comissionado, ela no lugar dele, mas ela não era prefeita; mas ele não impactava porque eles teriam de trabalhar muito por muitos outros que eles não iriam poder contratar; sobre a questão da arrecadação os preocupava, a questão da Despesa, no ano atual receberam dois milhões de precatórios que não estavam previstos, também, no planejamento e ele impactou, e ela notou que deu divergências quando ela pediu para encaminhar o projeto de lei lá para eles diminuírem o

 14



valor do precatório, que pagavam trinta e oito mil e, atualmente, iriam pagar cinco mil e oitocentos reais, porque os valores de precatórios o que eles recebiam até trinta e um de julho estava entrando no valor do Orçamento para dois mil e vinte, o precatório de dois mil e dezoito ela demonstrou lá, tinham um valor de dois milhões e oitocentos mil e ela falou a questão das ações trabalhistas dos quinhentos e poucos contratados de MEI e RPA e para o próximo ano para o Orçamento, porque estavam encerrando o Orçamento, tinham seis milhões e meio de precatório e aquilo impactava muito o Município e eram ações trabalhistas do pessoal que, na realidade, foi contratado erroneamente, então, ele ficava mais caro o funcionário concursado, mas tinham de contratar corretamente, porque ele causava um desconforto, então, quando ela pediu para encaminhar na Câmara e foi na primeira semana, ela já sabia que aquilo causou um alvoroço e foi justamente por isso, porque eles tinham de trabalhar com planejamento, a quantidade de ações que chegavam para eles, de famílias que acabaram de chegar e elas iam no Promotor e o Promotor fazia eles darem uma vaga em creche, aquilo fugia do planejamento, ou a quantidade de ações que chegavam para medicamentos também fugia; eles tinham previsto um valor no Orçamento, mas ele fugia, e tinham previsto no Orçamento dois milhões e oitocentos de precatórios e foram dois milhões a mais, e ela sabia que uma das próximas perguntas dos Vereadores era que se estava atrasado o pagamento e, sim, estava atrasado o pagamento, e dois milhões eles pagaram de precatório em agosto, naquele mês receberam, ela demonstrou o valor; o ICMS de agosto receberam quinze milhões, o ICMS de setembro receberam doze milhões cento e noventa e seis mil, dois milhões e oitocentos mil a menor, então, tudo aquilo impactava no Orçamento e, atualmente, realmente, tinha de ser o bom, um bom gestor e um bom administrador para conseguir equilibrar qualquer município, então, algumas das ações, fossem da Receita ou da Despesa que eles fizeram, foi justamente para não impactar e aqueles seis milhões e meio que tinham de precatório para o próximo ano, no outro ano tinham mais ainda, porque tinham muitas ações e quando eles viam a quantidade de ações trabalhistas que poderiam acontecer a qualquer momento, chegar àqueles dois milhões e quando ele chegava eles não conseguiram se planejar, tinham sessenta dias para pagar e tinha de cumprir, não tinha de questionar mais a decisão final da Justiça, então, realmente, ele impactava e as pessoas estavam buscando muito o Ministério Público e muita coisa estava vindo para o Município, por exemplo, vagas em creches; naquele momento a Sra. Presidente informou à oradora que ela tinha apenas trinta segundos para encerrar sua fala, e ela continuou dizendo que eles iriam ver falando em ordem judicial, no final do mandato iriam concluir cinco creches, seriam seiscentas e uma vagas e tinham mais de seiscentas vagas que entraram no Ministério Público e eles estavam tendo de pagar, então, eram seiscentas e uma vagas, em um mandato, em quatro anos de um prefeito era muita vaga, não era qualquer um que conseguia fazer aquilo, então, realmente, as pessoas, o poder econômico delas caiu, elas buscavam mais o Ministério Público e o Ministério Público acabava jogando para o Município, então, realmente, a situação estava complicada; a seguir, o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo

Walter Luís Tozzi de Camargo



perguntou se ele poderia fazer uma réplica, porque ainda estava dentro do prazo dele, e ele gostaria de ser bem pragmático e objetivo em duas colocações, que primeiro, ele queria fazer uma colocação no que ela acabou de colocar, e ele também não via que um terço dos comissionados públicos poderiam impactar a folha suficientemente a comprometer os serviços, e dois terços eram servidores de carreira que só recebiam a complementação, diferença do cargo de origem, do cargo em concurso, então, ele não via que aquilo seria o problema e ele iria retomar, então, em dois pontos, que o primeiro seria se corriam riscos mesmo de não fecharem no azul e ele queria que ela fizesse uma colocação objetiva naquele sentido e se havia algum risco de comprometimento dos serviços públicos em virtude daquele quadro que os apresentava dos serviços públicos; naquele momento a Sra. Presidente questionou à Secretária se em um minuto seria possível responder aquilo; a Sra. Elisanita disse que o comprometimento dos serviços públicos não iria ocorrer mesmo porque a situação já vinha durante o exercício e tinham ótimos Secretários, um pessoal bem profissional para conseguir equilibrar e achar uma maneira de estar fazendo o mesmo trabalho com menos recursos; na questão de fechar no azul ou fechar no vermelho, falou que era possível que se fechasse alguma coisa no vermelho considerando que pagaram trinta e três milhões de restos a pagar e era igual casamento, na alegria e na tristeza tinha de acolher e equalizar, então, todos os esforços estavam fazendo na parte de Receita e Despesa para eles conseguirem equilibrar aquilo; disse que quando ela assumiu, ela chamou o pessoal da Fiscalização, porque tinham leis inclusive de renúncias de Receitas que foram recentes e que aquilo impactava também oitocentos mil por mês; citou, por exemplo, uma lei de isenção da taxa de publicidade que ela impactava trezentos mil no ano, tinha uma lei, por exemplo, da Vigilância Sanitária que era de quinhentos e sessenta e quatro mil e se não lhe falhava a memória, aquela era uma lei do Legislativo, então, tudo aquilo tinham de acomodar dentro de um Orçamento que já tinham aquela previsão de receber aquelas Receitas para as finanças, mas não estavam medindo esforços para conseguir arrecadar e fechar o ano no azul, então, o próximo quadrimestre, com certeza, a situação do Município estaria melhor, apesar da arrecadação fosse maior no primeiro quadrimestre, e eles iriam conseguir, se não zerado mas, bem equilibrado; a seguir, pediu a palavra o Sr. Afonso Lopes da Silva cumprimentando a todos e dizendo que a pergunta dele ia no sentido de que no ano passado eles ajudaram a fechar a proposta de reajuste dos servidores públicos e foi uma tarefa muito difícil e todos os anos ficava a mesma discussão, e ele iria citar o nome da Cristina e, infelizmente, ela não estava presente mas, ela colocou para eles que pelo Orçamento do ano só dava para dar só dois por cento, daí todos os anos tinha aquela discussão e ele queria saber se quando fazia o Orçamento era previsto aquilo? Levava aquilo em consideração para dar o reajuste para os funcionários para o próximo ano? E ele estava perguntando aquilo porque o Prefeito deu um reajuste de três vírgula setenta e cinco e depois daquilo teve de fazer várias adaptações, tirar de um lugar, para cumprir aquilo, porque fugiu do Orçamento e ele queria saber como era feito aquilo; a Sra. Elisanita Moraes disse que, na realidade, estavam em processo, analisando o

Sra. Elisanita Moraes




Orçamento, estavam nas últimas conferências, e quando faziam um planejamento tinham de prever, o nome já dizia, um planejamento, era óbvio que tinha de prever um percentual, porque tinha a economia, o crescimento vegetativo da folha, lá tinha também a questão do vale refeição e tudo aquilo tinham de prever e previam na próxima, iriam entregar na próxima segunda feira e ela acreditava que logo estariam marcando uma audiência para discutirem o Orçamento, mas ele foi previsto, sim, um valor de reajuste para não acontecer justamente o que aconteceu no ano corrente, porque tinham os valores, tinham um histórico do que acontecia, então, ele já foi previsto sim na questão do reajuste; a seguir, a Sra. Presidente informou que depois que os Vereadores encerrassem a palavra, eles iriam passar a palavra para as pessoas da platéia que estavam inscritas; pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos dizendo que era só com relação aos trinta e três milhões daquela Administração de Restos a Pagar, há um bom tempo e eles estavam acompanhando também os números e em dois mil e doze eles sabiam que ficou um Restos a Pagar alto, em dois mil e treze foi um ano bom para Jaguariúna, dois mil e catorze, dois mil e quinze foram muito difíceis, não só para Jaguariúna, mas para alguns municípios do Estado de São Paulo, daí em dois mil e dezesseis acabou mesmo ficando aquele Restos a Pagar meio elevado; a Sra. Secretária de Finanças disse que era a crise nacional e o Sr. Luiz Carlos de Campos disse que ele sabia, mas que não poderiam se esquecer que o ICMS deu uma alavancada boa a partir de dois mil e dezessete e, se ele não se enganava, o índice cresceu em torno de vinte e cinco por cento, então, tinham de considerar que a Receita de Jaguariúna estava evoluindo e o problema, ele entendia, que a Despesa também, ele achava, pelos números que eles viram, ela estava mais avançada do que a Receita; outra coisa também em relação ao que o Waltinho perguntou dos cargos em comissão, era que algumas sessões atrás, o Fred falou e, ele também falou, que eles pegaram os cargos em comissão em março de dois mil e dezoito para setembro de dois mil e dezenove e teve um acréscimo de dezessete cargos em comissão, nomeação, dezessete cargos, e pelas contas que fizeram, levando em consideração o INSS também, aqueles dezessete cargos gerariam em torno de um milhão e oitocentos mil reais por ano de recursos do Município, daí se considerassem os quatro anos que era de uma Administração, daria em torno de sete milhões e quatrocentos, daí falaram que com aquele dinheiro Jaguariúna poderia ter feito muita coisa, coisas que o cidadão estava cobrando, o cidadão estava pedindo e, em vista daqueles cargos em comissão sabiam que quase a totalidade estavam ocupados, sabiam, também, que eram muitos cargos em função de confiança que era exercido por servidor de carreira, mas eles entendiam que daria, sim, para diminuir um pouco dos cargos em comissão e achava que iria refletir um pouco nos números lá, somente aqueles dezessete cargos em comissão geraria uma Despesa de um milhão e oitocentos por ano, então, era só aquela observação que ele gostaria de fazer; tomou a palavra a Sra. Cássia Murer Montagner dizendo que não sabia se a Secretária queria falar alguma coisa sobre aquilo mas, antes ela queria avisar às pessoas da platéia que quisessem fazer pergunta, era para falar com a Deise e com a Daniela para se

Ju. B



inscrever e elas anotariam a questão, era aquilo, perguntou, e anotava o nome e a pessoa faria o questionamento lá, então, dali a pouco iria chegar a hora e se alguém quisesse fazer aquele encaminhado poderia ser feito; naquele momento usou a palavra a Sra. Secretária de Finanças dizendo ao Sr. Luiz Carlos de Campos que, a partir do momento que o Município crescia, crescia também a oferta de serviços à população, automaticamente crescia o número de comissionados e como ele trabalhava há muito tempo em Holambra sabia como funcionava aquilo; sobre a questão da quantidade de funcionários, incluindo os comissionados não mudava de dois mil e dezesseis para no hoje, e eles sabiam, deu um exemplo, que tinham pessoas contratadas com RPA que ocupavam, entre aspas, o cargo como se fosse um comissionado, ela não sabia dizer quantos, então, estava no papel a diferença de cento e pouco cargos mas, não era bem aquilo que acontecia não; naquele momento a Sra. Cássia agradeceu a Secretária perguntando se algum Vereador gostaria de fazer mais alguma questão; naquele momento, usou a palavra o Vereador Alfredo Chiavegato Neto dizendo à Secretária e só esclarecendo os dados que foram pegos lá e ressaltando com relação ao valor da dívida que foram analisadas, o déficit orçamentário, eles pegaram o balanço de agosto no hoje com relação aos números apresentados na Receita e todos batiam, inclusive das Despesas que a nobre Secretária havia apresentado de duzentos e sessenta e cinco milhões frente às Despesas liquidadas e não as pagas, ou seja, se a nobre Secretária pudesse até esclarecer aos nobres Vereadores e à população a diferença da Receita ou Despesa Liquidada e Paga, seria até bom para eles; naquele momento usou a palavra a Sra. Secretária de Finanças dizendo que tinham três fases de Despesas, tinha a Despesa empenhada, aquela que quando comprava tinha o compromisso, podia liquidá-la ou não, quando liquidava uma Despesa? Quando ela recebia, realmente o serviço, quando recebia o material, ela tinha uma nota fiscal ou a competência, deu um exemplo, a folha de pagamento, competência setembro que encerrava no dia trinta, quando ela pagava? Efetivamente, quando o recurso saía da conta, deu um exemplo: se via uma grande divergência do quadrimestre da Despesa Liquidada para a Despesa Paga, às vezes, a Despesa era liquidada mais no final do mês, deu um exemplo, a JaguarPrev, ela liquidava no dia trinta mas, iria pagar no próximo mês, aquilo acontecia também, com o Fundo de Garantia, acontecia com o PASEP, acontecia com várias outras Despesas, então, eram três as fases da Despesa; com a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto dizendo que liquidada seria a Despesa que a Prefeitura havia contratado e recebido o serviço ou produto; com a palavra a Sra. Secretária dizendo que ela havia recebido a nota fiscal, recebido o produto e o serviço, era aquilo, ok; com a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto dizendo que tinha duzentos e sessenta e cinco milhões de Despesa liquidadas frente a uma Receita de duzentos e sessenta e um milhões, que foram apresentados, só que para eles já foram deduzidas as Receitas que seriam do JaguarPrev, que era em torno de vinte e um milhões de reais, por isso, que para eles o número que foram alertados aos nobres Vereadores, inclusive aproveitando a oportunidade para falar, era por isso que chegaram naquele número entendeu? O que deferia um pouco, ele não





sabia porquê, na apresentação das Metas Fiscais existia alguma norma constitucional que teria que ser seguida; com palavra a Sra. Secretária dizendo que sim, os valores eram consolidados, era a mesma coisa em relação à Despesa de Pessoal que era consolidada e só ficava a parte, realmente, do Poder Legislativo; com a palavra o Vereador Alfredo Chiavegato Neto dizendo que aquela era a grande preocupação e ele voltava a dizer e ir na tese do Bozó, logicamente contrário ao que o nobre Presidente havia falado, o Waltinho, ele não quis dizer, era lógico que sabiam que impactava o número, a longo prazo na opinião dele fosse um, dois, três por cento, mas impactava a folha; quando citava a questão dos comissionados que estavam sendo contratados o mês passado, naquele mês, era em virtude de prioridades, pois tinham observados serviços no Município, ainda mais serviço de pequena monta, que estavam sendo aclamados por funcionários ou mesmo departamentos; deu um exemplo, pneu de determinados veículos estavam lá, a Fernanda que, era Secretária de Obras e ele sabia que tinha pneus de algumas máquinas que não estavam funcionando as máquinas, por problemas de pneus, enfim, ele estava dizendo aquilo porque o que seria a prioridade? Contratar um funcionário comissionado ou contratar um serviço ou produto para que, realmente... com a palavra a Secretária, dizendo que a questão do pneu já havia sido solucionada, na realidade, tinha dado um problema na licitação, então, já foram comprados os pneus para as máquinas, naquele momento ela confirmou com a Fernanda e disse que já chegaram e foram colocados; disse, ainda, que queria fazer uma colocação que estavam falando tanto da questão do comissionado, mil oitocentos e setenta e oito funcionários em agosto de dois mil e dezesseis, mais quinhentos e setenta, tinha mais trezentos e setenta e três pessoas contratadas através de MEI, mais duzentas e trinta pessoas contratadas através de RPA, somavam quinhentos e setenta e três, se pegasse os quinhentos e setenta e três entre MEI e RPA, mais mil oitocentos e setenta e oito, dava duas mil quatrocentos e cinquenta e uma pessoas, no hoje tinha duas mil trezentos e cinquenta e sete, então, estavam com noventa e quatro pessoas a menos do que tinha na administração de dois mil e dezesseis, então, ela achava que a questão de funcionário... naquele momento, usou a palavra o Vereador David Hilário Neto dizendo que só queria complementar aquela questão... voltando a fala ao Vereador Alfredo Chiavegato Neto o mesmo disse que iria discordar daquele número, pois tinha gente que não tinha recebido e recebia com nota fiscal e MEI também, um monte, mais tudo bem, ele só estava falando o seguinte, ele queria dos funcionários comissionados puros de dois mil e dezesseis se a nobre Secretária tinha e os comissionados puros no hoje; naquele momento, a Sra. Cássia Murer Montagner perguntou se aqueles dados não seriam enviados depois? Voltando, novamente, com a palavra o Vereador Alfredo Chiavegato Neto dizendo que ele queria saber; a Secretária disse que não tinha, realmente, não tinha aquela informação lá; a Sra. Presidente disse que a Secretária já havia dito que não tinha e que iria encaminhar para eles; novamente, com a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto dizendo que a Prefeitura continuava tendo RPA, continuava tendo MEI; com a palavra a Secretária dizendo que não tinha não, e o Vereador Alfredo Chiavegato Neto disse que



tinha alguns serviços prestados e tinha MEI também; naquele momento, a Sra. Presidente pediu, por favor, e o Vereador David Hilário Neto disse que eles estavam questionando; a Sra. Presidente disse sim o, por favor, era no seguinte sentido, como era um dado que a Secretária não tinha, não dispunha, não adiantava ficar lá insistindo; daí o Vereador Alfredo Chiavegato Neto disse que a Prefeitura tinha; voltando à fala, a Sra. Cássia Murer Montagner disse que a Prefeitura tinha e eles queriam saber e por isso que iria enviar de maneira oficial para eles; a Sra. Secretária disse que tinha marcado e que iria enviar para eles sim, encaminharia para a comissão; a seguir, pela ordem, pediu a palavra o Vereador David Hilário Neto perguntando uma outra informação, se fosse possível mandar para aquela Casa a quantidade de pessoas terceirizadas que estavam na Cidade, desde a questão da Saúde, quanto da Educação e quanto a questão do CONSAB, aqueles valores eram bem importantes, que sobrepujam todos aqueles valores de números que estavam sendo ditos; naquele momento, a Sra. Presidente perguntou à Secretária se seria possível daquele forma? Se queria que fizesse um ofício; a Sra. Secretária de Finanças disse que encaminharia; voltando a fala à Sra. Presidente perguntou se estava bom daquela forma; pediu, novamente, a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos dizendo que poderia colocar o pessoal que prestava serviço na creche que foi contratado uma empresa; o Vereador David Hilário Neto pediu a palavra e disse que, quando ela falava em Educação, seria aquilo a questão da Cooperativa, da Saúde, a questão da Educação e a questão do Obras; novamente, a Sra. Presidente disse que iria proceder da seguinte maneira, ela achava que a Secretária tinha anotado e que aguardariam naquela semana, se não fossem satisfeitos com todas as respostas..., pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto dizendo que se os dados que a Secretária tinha dado de dois mil trezentos e cinquenta e sete funcionários, era aquilo? Com a palavra a Sra. Secretária dizendo que sim, em agosto; daí ele perguntou se eram funcionários comissionados e concursados; a Secretária disse que eram os comissionados puros, os comissionados que tinham o cargo efetivo e mais os estatutários, dois mil trezentos e cinquenta e sete; daí ele disse que seria bom ter a informação de quantos mais eram RPA que, antigamente, era RPA, e, atualmente, era através da... não era o CONSAB, era aquela que estava prestando serviço na creche através de uma lei, OSCIP, havendo manifestação, disse que era a OSCIP; a Sra. Secretária Elisanita disse que já havia anotado; a Sra. Presidente disse que teriam aquela resposta; continuando a fala o Vereador disse que era bom ter porque, antigamente, tinha o número de RPA's e de MEI's que prestavam o serviço no Município; novamente, com a palavra a Sra. Presidente dizendo que a Secretária havia anotado, se achassem melhor mandar por ofício o questionamento fariam aquilo na segunda-feira; daí o Vereador Alfredo Chiavegato Neto perguntou se os dados fornecidos de mil e oitocentos, que eram de dois mil e dezesseis, dois mil e dezessete, para dois e trezentos, era mil e oitocentos, estavam todos efetivados naquela época? Dois mil e oitocentos todos efetivados, eram cargos criados, ele não sabia; com a palavra a Sra. Secretária de Administração e Finanças dizendo: funcionários, mil oitocentos e setenta e oito funcionários; com a palavra o Vereador dizendo mil oitocentos e

Am.



setenta e oito mais...; a Secretária disse quinhentos e setenta e três entre MEI e RPA; com a palavra a Sra. Presidente da Comissão, que perguntou se poderia dar o encaminhamento; continuando a fala, o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que continuavam tendo, em vez de MEI e RPA, tinha ainda a MEI, alguns serviços na Prefeitura, tinha a MEI e além do RPA...; a Sra. Secretária disse que mandaria a informação dos comissionados puros de dois mil e dezesseis, dois mil e dezenove, daí ela perguntou se em dois mil e dezenove o Fred queria saber mais do terceirizados, CONSAB, das creches; o Sr. David Hilário Neto pediu, também, as MEI's atuais; a Sra. Secretária disse que não tinha MEI's mas, levantaria; com a palavra o Vereador David Hilário Neto que solicitou uma outra informação, outra pergunta que ele gostaria de saber se tinha previsão de concurso para aquele ano e a criação de quantos novos cargos para aquilo; com a palavra a Sra. Secretária dizendo que, na realidade, existia sim, a previsão do concurso público, mas não tinha tantos novos cargos, o concurso público tinha que abrir porque as pessoas aposentavam, as pessoas morriam e ela tinha que substituí-las; com a palavra o Vereador David Hilário Neto perguntando se seria mais cadastro reserva; a Sra. Secretária disse que alguns seriam cadastros reservas e alguns, de um exemplo, que já estava deficitária teriam que ter, por exemplo; naquele momento, o Vereador David Hilário Neto perguntou se tinha aqueles números; a Secretária disse que não tinha, ela tinha, deu um exemplo, uma determinada função que, às vezes, a pessoa aposentava, deu um exemplo, poderia ter na Educação várias pessoas que se aposentaram e no hoje, pagava através de uma carga suplementar ou outro local, poderia pagar hora extra, para ela, a hora extra era mais cara porque pagava a hora, mais cinquenta por cento, então, naqueles casos seriam substituídos; o Vereador David Hilário Neto disse que estava perfeito e se ela pudesse mandar aqueles cargos que seriam abertos, seria importante; a Sra. Secretária disse que ainda não tinha o número dos cargos, os nomes dos cargos que seriam abertos tinha mas, a quantidade não; o Vereador David Hilário Neto disse que teria que ser feito naquele ano o concurso, ele estava correto? E aquela previsão já estava quase finalizando; a Sra. Secretária disse que já estava; novamente, o Vereador disse que tinha dois meses para acabar, daí perguntou se já tinha feito a licitação do concurso público ou ainda não; a Sra. Secretária disse que não, e que já foi para a licitação o processo mas, ainda não foi feito; daí o Vereador perguntou se, no processo, não dizia sobre a quantidade de cargos; a Secretária disse que falava dos cargos, ela confessou que aquele processo passou por ela uma vez naquele um mês e pouco tempo que ela tinha assumido mas, não tinha reparado a quantidade de cargos; daí o Vereador pediu se pudesse colocar no ofício um cópia daquele processo, seria importante; daí a Secretária disse que ele não foi contratado; naquele momento a Sra. Presidente perguntou se ficou combinado de fazer o ofício na segunda-feira; com a palavra o Vereador David Hilário Neto dizendo o que fosse melhor; com a palavra a Sra. Presidente dizendo se a Secretária tinha anotado tudo, poderiam aguardar para ver se faltasse alguma coisa depois, perguntou ao Vereador, então, disse que estava ok; pediu, novamente, a palavra o Vereador Alfredo Chiavegato Neto dizendo

Alfredo Chiavegato Neto
21



só mais uma coisa com relação ao quadro de aplicação na Educação; no Recurso do Tesouro, tinham algumas letras, ele não sabia se teve algum erro, aplicação na Educação, Recurso do Tesouro, estava escrito; no quadro tinha "A" – Receita de Impostos, "B" total de empenhos liquidados, "C" valor retido no FUNDEB, daí tinha "E", lá em baixo, total aplicado B+C-D; naquele momento, a Sra. Secretária disse da fórmula; continuando a fala o Vereador disse estava dando setenta milhões; a Sra. Secretaria disse que, na realidade, era Receita de Impostos mais; daí o Vereador disse que os setenta milhões estaria o B+C; a Secretária confirmando que seria B+C, não tinha o "D", realmente, foi uma falha na apresentação e não tinha o "D", não tinha o "D", depois a porcentagem era o "E" que eram o setenta milhões, excluindo o "D", dividido por duzentos e nove milhões que era a Receita de Impostos; com a fala o Vereador Alfredo Chiavegato Neto dizendo que, anteriormente, na aplicação do FUNDEB tinha mas, ele não sabia se era o "D" daquela que poderia fazer a porcentagem, que faria a porcentagem, ele não tinha entendido, naquele momento, havendo manifestação ele disse que era a posterior; a Secretária disse que do FUNDEB era aquela, ele não sabia se o "D" era a porcentagem; a Secretária disse que não era o "D" de lá não, na realidade, foi excluída uma linha lá e não foi mudado a letra mas, aquele era um relatório e o da aplicação da educação era outra, era só o "D" que tinha que desconsiderar; naquele momento, pediu a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo querendo fazer uma observação, naquela mesma linha, quando falavam na Saúde o "D" correspondia ao Auxílios de Transferências, daí ele perguntou se não tinha ficado ausente mesmo o Auxílio de Transferência na Educação e tinha faltado a letra "D"; a Secretária disse que não; o Vereador Alfredo Chiavegato Neto disse que a soma dava, justamente, os setenta milhões; confirmando a Sra. Secretária, ela disse que dava os setenta milhões; naquele momento a Sra. Presidente da Comissão perguntou para as funcionárias Deise e Daniela se tinha alguém inscrito, não havendo, abriu para a Secretária para fazer as últimas considerações para encerrar; a Presidente pediu a Secretária dois minutos e, no momento conhecendo a Secretária estava vendo que falava bastante, então, ela iria limitar um pouco; naquele momento houve um questionamento e a Sra. Elisania disse que a Secretária de Obras queria falar; disse também, que estava aumentado o número de mulheres como Secretária e a Sra. Cássia concordou dizendo que era verdade; a seguir, usou a palavra, devidamente inscrita, a Sra. Fernanda Angélica Santana, Secretária de Obras e Serviços da Prefeitura, que cumprimentou a todos os presentes, dizendo que só gostaria de fazer uma explanação rápida de quando se falava de custos, ela entendia que não detinha informação de toda a Prefeitura, mas algumas questões relacionadas a obras mas, ela gostaria de deixar claro aos Vereadores, a forma como estavam trabalhando; de um tempo para cá, as coisas tinham mudado muito na Administração Pública e o Tribunal estava exigindo cada vez mais relatórios, sistemas que, de fato, funcionassem, por exemplo, quando falava de frota, tinha que falar daquele veículo como um todo, o que foi gasto e porque foi gasto, se estava acima da tabela, abaixo da tabela, aquilo em todos os sistemas, então, estavam priorizando em ter processos licitatórios; disse que, atualmente, a


22



Secretaria trabalhava noventa e cinco por cento com ata de registro de preços e alguns contratos para, justamente, focar na redução de custos, na compra de uma forma transparente, para que pudesse vir outras empresas para ter um menor valor agregado ao produto final e com aquilo tendo uma redução de custos; de fato, a demanda da Cidade tinha aumentado significativamente; o Município cresceu bastante, ela achava que aquilo era bem claro, bem nítido e, também demanda de muita mão de obra, atualmente, quando se falava em relação ao CONSAB, claro, que seriam passados os números mas, lembrando quando foi aprovado a mudança da EPP0 para o CONSAB, no hoje, não tinha o mesmo número de funcionários que tinham naquela época para varrição, que eram sessenta e quatro varredores, mais ou menos, no hoje tinha aquele número na metade, então, os custos também aumentaram, estavam tentando de uma forma prática e profissional conseguir atender toda demanda só que tudo tinha mudado, o preço de mercado tinha mudado, eles sentiam aquilo e da mesma forma os produtos que faziam a aquisição, estavam se esforçando o máximo, disponíveis para prestar esclarecimentos e informações que fossem precisas e aquilo era uma questão clara da gestão em estar sempre à disposição do que precisava, tanto dos Vereadores, quanto da população e aquele era o serviço deles; disse que ela só queria deixar claro aquilo, quando se falava em aumento de custo até parecia que era de qualquer forma e não era, tinham critérios e aquilo tudo era muito sério; a questão dos pneus, tinha demorado quase um ano a questão de licitação, então, foi quando teve a mudança de quando veio os Procuradores e os processos ficaram um pouquinho mais lentos e sofreram as consequências na pele mas, enfim, a coisa tinha normalizado, então, estava caminhando e achava que, positivamente, era aquilo que importava, agradeceu; a Sra. Presidente da Comissão agradeceu a Secretária Fernanda e parabenizou pelas colocações e, naquele momento, deixou dois minutos para a Secretária Elisanita fazer as considerações finais; com a palavra a Secretária de Administração e Finanças, Elisanita Aparecida de Moraes, que agradeceu a recepção na Casa, disse que a Secretaria de Administração e Finanças estava de portas abertas e que não estavam medindo esforços, tanto para arrecadar quanto para equilibrar o Orçamento, realmente, analisando toda e qualquer Despesa, diminuindo custos e aquele era o papel deles para, realmente, conseguir equilibrar Jaguarina e prestar o serviço ideal para a população sem cair a qualidade que aquilo era importante; na realidade, o Vereador havia perguntado da questão da qualidade e os serviços não iriam cair; agradeceu e achava que no encerramento do exercício os números estariam melhores e conseguiriam, ela estaria encaminhando os questionamentos do pessoal dos móveis e imóveis que foi perguntado, o que foi adquirido, para aquela Casa e, que, na próxima semana iriam encaminhar, era aquilo, desejou boa noite a todos e agradeceu; com a palavra a Sra. Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade que agradeceu a Sra. Elisanita e que foi um momento de muita elucidação, alguns pontos ficaram para receber depois mas, perceberam a disponibilidade dela em esclarecer tudo, em um mês de trabalho já perceberam que era um trabalho bem produtivo e que as coisas estavam andando e



torciam, todos eles enquanto jaguariunenses e, realmente, dali a quatro meses os números estivessem melhores e seria bom para todo mundo; naquele momento, o Vereador Alfredo Chiavegato Neto disse que gostaria de fazer uma pergunta para a Secretária, dizendo que estava recebendo naquela Casa, receberam há pouco a LDO, o Orçamento, LOA; a Secretária disse que agora era o Orçamento, o Sr. Alfredo Chiavegato Neto perguntou se a Secretária tinha participado da elaboração e se foi ela que tinha feito; a Sra. Secretária disse que sim, ela e a equipe da Contabilidade, as meninas estavam lá, a Diretora de Contabilidade, que era a Sissi e a Daiana, que era Diretora de Planejamento e o Fernando que era o Diretor Administrativo; pediu, novamente, a palavra o Vereador David Hilário Neto dizendo à Cássia que ele sabia que já foi feito todo o protocolo, uma pergunta só para a população ter o esclarecimento, sobre a questão da falta de água, daí ele perguntou se estava sendo reservado um recurso para fazer uma nova ETA, ainda naquele ano, uma licitação ou como estaria aquele processo; a Sra. Secretária disse que, na realidade, o processo de licitação já estava em andamento, em paralelo tinham outras opções que estavam analisando para, realmente, o Município ficar tranquilo e não iria faltar água no Município; o Vereador perguntou se tinha Recurso para aquilo e a Secretária disse que tinha uma parte de Recurso próprio e uma parte que iriam buscar financiamento, justamente, para atender aquele quesito, que era a questão da água, daí o Vereador perguntou se aquele financiamento não existia ainda, daí a Secretária disse que estariam, nos próximos dias, e confirmou com o Valdir e encaminhariam para a Casa; a seguir, ninguém mais fazendo uso da palavra, a Presidente da Comissão, Cássia Murer Montagner declarou encerrada aquela Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, lavei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.


Vereadora Cássia Murer Montagner
Presidente


Vereadora Inalda Lúcio de Barros Santana
Vice-Presidente


Vereador Luiz Carlos de Campos
Secretário